II Congresso Internacional das **Ciências Agrárias** COINTER - PDVAgro 2017

A RELEVÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO CRESCIMENTO POPULACIONAL RURAL DO MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN

Apresentação: Comunicação Oral

Francisco Canindé da Costa e Silva Júnior ¹; Maria José Costa Fernandes ²; José Erimar dos Santos ³

Resumo

O trabalho tem a finalidade de analisar a importância dos assentamentos rurais do município de Upanema/RN no contexto populacional rural, que se destaca pela elevada quantidade de assentamentos rurais em seu território, 14 assentamentos rurais do INCRA, totalizando 985 famílias assentadas, além de outras comunidades rurais significativas. Essa realidade do município de Upanema nos instigou a realizar uma pesquisa acadêmica, pois, atualmente, a maioria dos municípios brasileiros, apresentam índices de urbanização elevados, com a maioria dos seus habitantes residindo nas áreas urbanas. Entretanto essa realidade tem se mostrado de maneira oposta no município de Upanema, que apresenta mais da metade dos seus habitantes residindo na zona rural do município. Pretendemos analisar, em que medida a elevada quantidade de assentamentos rurais existentes em Upanema, tem contribuído para o crescimento populacional rural do município, como também averiguar se há políticas públicas direcionadas diretamente para a permanência dessas pessoas nas áreas rurais, a partir da política de reforma agrária. Para a elaboração deste trabalho, houve a necessidade de algumas leituras bibliográficas. Em seguida, realizou-se um levantamento de dados secundários, acerca da temática abordada. Utilizamos como metodologia uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários e realização de entrevistas com diferentes sujeitos envolvidos com a reforma agrária local. Após a coleta de dados, realizamos a sistematização e análise dos mesmos. Por fim, ao analisarmos os resultados, constatamos que os projetos de assentamentos rurais são um dos fatores de grande relevância para o crescimento populacional rural do município de Upanema.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais, População Rural, Upanema.

Introdução

O processo demográfico no Brasil, a princípio se organizava da seguinte forma: até o surgimento da urbanização, a maior parte dos habitantes residentes no país habitavam nas áreas rurais e a economia predominante era a agricultura. Por esse fato dizia-se que o Brasil era um país agrário. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir 1950, se inicia o declínio da elevada quantidade de população rural no país, causando uma redução significativa nos habitantes das áreas rurais. Em 1970, a maior parte da população brasileira inverte seu local de

¹ Graduado em Licenciatura em Geografia pela UERN e Aluno do Programa de Pós-Graduação em Especialização em Geografia do Nordeste da FAFIC/UERN, canindejr7@gmail.com

² Mestre em Geografia pela UFRN. Professora do Curso de Geografia da FAFIC/UERN, zezecosta1980@gmail.com

³ Doutor em Geografia pela UFRN. Professor Adjunto da UFRSA e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Especialização em Geografia do Nordeste da UERN, jose.erimar@ufersa.edu.br

moradia, passando a residir nas áreas urbanas do país.

Fazendo um recorte espacial para o município de Upanema, nota-se nitidamente que a questão demográfica ocorre de forma oposta da discutida acima, pois a maior parte da população que reside no município está habitando nas áreas rurais. Segundo os dados populacionais do IBGE do Censo Demográfico de 2010, 51,52% da população desse município habita nas áreas rurais, isto é, 6.694 habitantes, ao passo que 48,48%, ou seja, 6.298 habitantes residem na área urbana. Fato esse intrigante que tem nos despertado e motivado para realizar essa pesquisa.

Dessa forma, o presente trabalho tem a finalidade de analisar a contribuição dos assentamentos rurais no processo de crescimento demográfico rural do município de Upanema. Sabe-se, que, atualmente, a maioria dos municípios brasileiros, apresentam dados populacionais relativos à maior parte dos seus habitantes residentes nas áreas urbanas. Porém, essa situação tem ocorrido de maneira oposta no município de Upanema. Além disso, pretende-se verificar se há políticas públicas direcionadas diretamente para a permanência dessas pessoas nas áreas rurais, a partir dos assentamentos rurais.

É importante ressaltar que nesse município, de acordo com informações obtidas pelo Sindicato dos Trabalhos Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Upanema/RN (STRAFU), existem 14 Assentamentos Rurais criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), também 26 Assentamentos Rurais fundados a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A Reforma Agrária consiste em uma política pública desenvolvida pelo Governo Federal, que visa solucionar ou amenizar os problemas e impactos sociais acarretados pela organização fundiária do país, que têm perdurado desde a colonização. De acordo com o INCRA, essa ação do governo iniciou suas atividades em torno de 1964, com a finalidade de ofertar propriedades rurais à população que não teve condições de ter acesso à terra. Assim, ocasionando uma redistribuição de terras, concedendo a oportunidade ao pequeno produtor de obter sua propriedade.

Diante do que foi abordado, torna-se necessário averiguar em que medida os assentamentos rurais têm contribuído para o crescimento populacional rural do município de Upanema? Acreditamos que os projetos e políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal, inclusos nos assentamentos rurais, têm contribuído efetivamente para o crescimento demográfico rural do município de Upanema.

Localização Geográfica do Município de Upanema/RN

O município de Upanema (**Figura 1**) está localizado na Mesorregião Oeste Potiguar, inserido na Microrregião do Médio Oeste. Desmembrado de Augusto Severo (Campo Grande), em

16 de setembro de 1953, também criado pela Lei N° 874, de 16/09/1953. Limitando-se ao norte com os municípios de Governador Dix-Sept Rosado e Mossoró; ao leste com o município de Assu; ao oeste com os municípios de Governador Dix-Sept Rosado e Caraúbas; e ao sul com os municípios de Campo Grande e Paraú. Segundo o censo do IBGE de 2010, esse município possui uma área de 836,080 Km², com 12.992 habitantes, e uma densidade demográfica de 14,87 hab./Km²; seu IDH é de 0.596. Segundo o Serviço Geológico do Brasil (2005), esse município se encontra nas folhas Augusto Severo (SB.24-X-D-IV) e Mossoró (SB.24-X-D-I), na escala 1:100.000. A sede do município está localizada pelas coordenadas 05°38'31,2" de latitude sul e 37°15'28,8" de longitude oeste. A cidade é cortada pela BR 110.

Figura 01 – Município de Upanema no contexto do Rio Grande do Norte. Fonte: Giliane Ferreira 2017.

Reflexão a Respeito do Processo de Política de Reforma Agrária e da Criação dos Assentamentos Rurais em Upanema/RN

A seguir, serão descritas algumas informações e conceitos relacionados aos temas propostos, que são necessários para fundamentação deste trabalho.

A política de reforma agrária surge como possibilidade de reorganizar a questão agrária do país. Segundo o INCRA⁴, as primeiras fases para a ocorrência desse projeto no país se sucedeu a princípio no período do Regime Militar (1964-1985). Por intermédio disso, o Estatuto da Terra passa a ser construído (Lei nº 4.504, de 1964). De acordo com Sodero (1982, p. 14), o Estatuto da Terra pode ser definido da seguinte forma:

[...] como sendo um conjunto orgânico de normas legais que regula o regime jurídico da propriedade agrária, pública e privada, para fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola, tendo por fundamento o princípio constitucional da função social e econômica da propriedade. Desta forma, podemos afirmar que a Lei n. 4.504, de 1964 é, juridicamente, um 'estatuto da terra', estatuto real que trata dos bens imobiliários agrários, bens de raiz, propriedade agrária ou, como está inscrito na lei, de imóvel rural'.

⁴ Disponível em <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em 02 de Março de 2016.

Segundo o INCRA após a criação do Estatuto da Terra, foram fundados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). De acordo com o site do INCRA⁵, em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), mas na realidade esse plano não foi implementado. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 fundou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Após a criação desse órgão governamental, se coloca em prática o processo de Reforma Agrária no Brasil.

A reforma agrária consiste em uma política pública desenvolvida pelo Governo Federal, que visa solucionar ou amenizar os problemas e impactos sociais acarretados pela organização fundiária do país. Uma das suas funções é ofertar propriedades rurais à população que não teve condições de ter acesso à terra, ocasionando uma redistribuição de terras, concedendo a oportunidade ao pequeno produtor de obter sua propriedade.

O Estatuto da Terra⁶ define essa política da seguinte forma:

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

O Dicionário da Educação no Campo (2012, p. 659) aborda esse conceito da seguinte forma:

Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndio, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral.

Para Oliveira (2007, p. 29), a reforma agrária se define dessa maneira:

[...] um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal.

⁵ Disponível em <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em 02 de Março de 2016.

⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em 30 de Março de 2016.

Já Martins (2000, p. 102), define esse conceito do seguinte modo:

Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade.

Conforme percebemos nas definições acima, a reforma agrária trata-se de um sistema de ações do governo com objetivo de melhorias sociais no espaço agrário, mediante a criação de um conjunto de sistemas de objetos, isto é, os assentamentos rurais e de políticas públicas para a existência da população nessas formas de assentamentos humanos. Com o surgimento dos assentamentos rurais, originam-se novas oportunidades para a população, que visa um dia trabalhar e habitar no campo. Antes de emergir esse suporte desenvolvido pelo governo, era inviável a habitação da população no campo em Upanema, sem uma boa condição financeira. Mas com o aparecimento dos assentamentos rurais, surgiu uma oferta de estrutura e incentivo para as pessoas que pretendem morar nas zonas rurais dos municípios brasileiros.

Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8) apresentam a definição de assentamentos rurais da seguinte forma:

O termo ‘assentamento’ apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

As autoras acima retratam sobre o surgimento e a finalidades que os assentamentos rurais apresentam para a população sem terras. Também Martins (2000, p. 102) apresenta a sua concepção a respeito dos assentamentos rurais. “Ora, assentamento é a forma da redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária”. Upanema, consiste em um dos municípios que se destaca no estado do Rio Grande do Norte, por possuir um número significativo de assentamentos rurais criados pelo INCRA. De acordo com Costa (2005, p. 98):

Pesquisando sobre a Reforma Agrária no Rio Grande do Norte, observamos que 11 municípios concentram 53% do total de Assentamentos do INCRA [...] existente no Estado. O município de Mossoró é o que apresenta maior número de Assentamentos Rurais do INCRA, em seu território. Em seguida, a maior concentração está nos municípios de Apodi, Ceará-Mirim, João Câmara, Upanema, Carnaubais, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Bento Fernandes, Caraúbas e Touros.

A autora acima, já havia constatado em sua pesquisa em 2005 que o município de Upanema, apresentava um número considerável de assentamentos rurais, fundados pelo do INCRA. Mais adiante o Quadro 01 apresenta a quantidade dos assentamentos rurais fundados pelo INCRA no município de Upanema, destacando também o elevado número de famílias residentes neles e o ano de fundação dos mesmos.

Quadro 01 – Assentamentos Rurais no Município de Upanema/RN Criados pelo INCRA. Fonte: INCRA, 2016.

	Nome do Assentamento	Nº de Famílias	Ano de Fundação
1	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Palheiros III	142	09/07/1987
2	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Baixa do Dultra	33	31/10/1991
3	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Esperança	76	21/08/1996
4	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Nova Vida	114	11/11/1996
5	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Lagoa Vermelha	34	22/08/1997
6	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Bom Lugar	103	30/10/1997
7	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Monte Alegre	106	20/08/1998
8	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Salgado	40	25/05/2001
9	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São Manoel II	65	17/08/2001
10	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Sabiá	65	17/08/2001
11	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Sombreiro	65	11/09/2001
12	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São Sebastião III	65	11/09/2001
13	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de assentamento Padre Pedro Neefs	37	29/11/2004
14	Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São Geraldo	40	10/06/2005
Total de Famílias			985

É possível averiguar no Quadro 01, que os projetos de assentamentos rurais surgiram no município de Upanema, em 1987, a princípio a partir do assentamento rural Palheiros III. Nota-se também, no referido quadro, o elevado número de famílias assentadas nas áreas rurais credenciadas pelo INCRA. Isso nós mostra a relevância dos assentamentos rurais para proporcionar a habitação no campo. Além dos assentamentos do INCRA, existem também, assentamentos fundados pelo PNCF. O Quadro 02 aborda a quantidade de assentamentos rurais cadastrados pelo PNCF, destacando os nomes, a quantidade de famílias residentes neles e o ano de fundação.

Quadro 02 – Assentamentos Rurais no Município de Upanema/RN Criados pelo PNCF. Fonte: Pesquisa de Campo 2016.

	Nome do Assentamento	Nº de Famílias	Ano de Fundação
1	Associação dos Produtores Rurais da Com Ipueira da Vaca	10	01/08/2005
2	Associação dos Trab Fam da Com Rural de Vertente	12	11/11/2005
3	Marília Nara Medeiros Gondim	1	04/01/2007
4	Associação dos (as) Trabalhares (as) Rurais Baixa do Juazeiro	12	23/05/2007
5	Associação dos (as) Trabalhares (as) Rurais Familiares de Baixa do Tatu	15	30/05/2007
6	Valdecir José de Souza	1	01/08/2007
7	Gineton da Costa e Silva	1	21/09/2007
8	Associação do Projeto de Assentamento e Reforma Agrária Geraldo Messias	35	28/11/2007
9	Associação do Projeto de Assentamento e Reforma Agrária Oiticica	3	29/11/2007
10	Associação Projeto de Assentamento e Reforma Agrária Aroeira	6	29/11/2007
11	Associação dos Agricultores Familiares do Sítio Capim Grosso	2	17/01/2008
12	Associação dos Produtores e Produtoras Rurais do Sítio Boagua	30	03/04/2008
13	Associação dos Produtores e Produtoras Rurais do Sítio Boagua II	20	03/04/2008
14	Associação de Desenvolvimento Rural do Sítio Retiro	5	02/07/2008
15	Associação Familiar dos Bezerras	3	13/08/2008
16	Maria Antonia da Silva Costa	1	15/08/2008
17	Associação dos Produtores da Agricultura Familiar do Sítio Riacho das Carnaúbas	2	04/09/2008
18	Paulo Sérgio de Oliveira Silva	1	18/01/2009
19	Associação dos Produtores e Produtoras do Sítio Lagoa Seca	4	24/09/2009
20	Antonio Giovanni da Cruz Silva	1	16/12/2009
21	Associação dos Produtores do Sítio Baixa dos Carneiros	2	21/01/2010
22	Associação do Projeto de Assentamento e Reforma Agrária Arlindo Pereira	18	15/12/2010
23	Associação Sítio Caiçara	4	14/07/2011

24	Associação do Projeto de Assentamento e Reforma Agrária do Sítio Poré	6	02/12/2011
25	Associação do Projeto de Assentamento e Reforma Agrária Capim Grosso	3	05/04/2012
26	Associação dos Beneficiários do Projeto de Assentamento Santa Quitéria	2	05/07/2012
Total de Famílias			200

Ao fazer uma análise detalhada nos quadros 01 e 02, que se remetem aos assentamentos rurais de Upanema, é possível perceber a elevada quantidade de assentamentos rurais estabelecidos no referido município. Os assentamentos rurais credenciados pelo INCRA contém uma quantidade muito significativa de famílias instalas. Já, os assentamentos rurais credenciados pelo PNCF, possui um número reduzido de residentes habitando neles. Esse foi um dos fatores que incentivou para que se abordasse mais os assentamentos rurais credenciados pelo INCRA neste trabalho. Além disso, o INCRA é um órgão mais antigo, fundado pelo Governo Federal, desenvolvido através de lutas sociais, na busca por melhorias na condição de vida no campo.

Metodologia

Para concretizar os objetivos propostos e responder o problema questionado anteriormente, utilizamos alguns procedimentos metodológicos que foram de suma relevância para o desenvolvimento teórico e empírico desse trabalho. A princípio realizamos uma **pesquisa bibliográfica** referente às temáticas de agrária, demografia e de urbanização, fundamentada em alguns autores como: (BERGAMASCO, 1996; COSTA, 2005; MARTINS, 2000; OLIVEIRA, 2007). Em seguida, realizamos um **levantamento de dados secundários e informações**, que se disponibilizavam em bancos de dados de órgãos governamentais como o IBGE e o INCRA. Também, adquirimos algumas informações no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Upanema.

Em sequência sucedeu-se os procedimentos de elaboração e execução da **pesquisa de campo**. Nesse momento, empregamos a técnica da entrevista e da aplicação de questionários. Foram elaborados um roteiro de entrevista e um formulário de caráter semi-aberto, estruturados e fechados, direcionado para lideranças de assentamentos rurais credenciados pelo INCRA no município de Upanema/RN. Pensando em um método mais rápido e eficaz, utilizamos o sistema de gravação de voz. Faziam-se as perguntas e gravavam-se as respostas nos gravadores de voz dos celulares. Em seguida, foi preciso somente transferir as informações para documentos digitais.

Nessa pesquisa de campo, foi necessário comparecer em alguns assentamentos rurais e

entrevistar as lideranças de assentamentos. Assim, obtivemos a oportunidade de conhecer melhor a realidade vivida nos assentamentos rurais do município de Upanema. Por fim, entrevistamos 7 líderes de assentamentos rurais criados pelo INCRA. A pesquisa de campo se iniciou no dia 04/03/2016, e se encerrou no dia 19/05/2016, equivalentes ao período letivo de 2015.2. Finalizando as entrevistas e a aplicação dos formulários, iniciamos a última etapa da pesquisa, que consistiu em **sistematizar e analisar os dados**, organizando-os em gráficos e quadros para ser melhor interpretados.

Opinião das Lideranças de Assentamentos, com Relação ao Elevado Contingente Populacional Residente na Zona Rural de Upanema/RN

A reforma agrária surgiu como um método para tentar amenizar os impactos gerados pela a má organização fundiária estabelecida pelos colonizadores em nosso país. Buscamos saber, de acordo com os entrevistados, quais motivos que os levaram a habitar na zona rural. Conforme um dos entrevistados,

Foi à falta de primeiro a terra para trabalhar, a gente não tinha. Antes nós trabalhávamos através de patrão e quando foi criado essa reforma agrária, eu achei que o melhor caminho pra nós se agasalhar, era a terra. Que nós antes não tinha a terra, trabalhava perto de patrão e a coisa era difícil. E hoje, nós temos a moradia certa (**LIDERANÇA A**).

A citação acima aborda o ponto de vista de um líder de assentamento rural, indicando o que realmente lhe incentivou para habitar nas áreas rurais de Upanema. É possível averiguar na citação que os assentamentos rurais, emergiram como uma oportunidade de se obter renda e de moradia de fácil acesso. Antes não se tinha esses quesitos garantidos, após a implantação desses assentamentos rurais no município, a população rural passou a ter estabilidade, por ter acesso à terra e por ter uma moradia de qualidade. Adiante, o Quadro 03 evidencia o que realmente motivou as lideranças de assentamentos rurais a habitar no campo.

Quadro 03 – Motivos que Levaram os Entrevistados a Habitar na Zona Rural. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

ENTREVISTADO	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
LIDERANÇA B	“O que me levou a morar na zona rural, foi a questão da gente morar com patrão. A gente morava com patrão, fazendeiro, e você sabe quando a gente mora com fazendeiro, a gente não é bem recebido. O que a gente plantava, a gente não colhia por completo, por que os fazendeiros colocava os bichos dentro da plantação da gente. E quando surgiu esses assentamentos de reforma agrária, aí foi o que me levou a morar na zona rural. Ter uma casa própria na zona rural, ter um pedaço de terra próprio, que eu possa plantar, que eu possa produzir. Que eu mesmo seja o dono, e não teja ninguém mandando ou desfazendo do que eu faço.”
LIDERANÇA C	“É por que eu, meu objetivo era morar na zona rural. Ter uma terrinha e o governo na

	época de Fernando Henrique, doou essas terras lá e a gente tamos morando lá, e serve para o futuro. Pra aposento, pra benefício, que hoje na zona urbana a dificuldade é grande de se pegar um benefício ou um aposento. Na zona rural, a gente morando é mais fácil de pegar. ”
LIDERANÇA D	“Por que eu, já nasci na zona rural. A gente morava lá na casinha, não tinha condições, aí achava que no assentamento ia melhorar como de fato hoje eu to melhor que antes, por isso que eu vim morar aqui”.
LIDERANÇA E	“O que levou é por que a minha mãe era agricultora, morava na boágua alí no sítio, e eu acho que eu herdei a vontade de morar no sítio. Acho que foi isso, aí eu costumei lá como agricultora por que gosto muito do trabalho da agricultura.”
LIDERANÇA F	“É por que desde o início, já nasci na zona rural e me criei então eu não optei nunca para ir morar na cidade não. ”
LIDERANÇA G	“Por causa da agricultura.”

Fazendo uma breve análise nos respectivos relatos oriundos do Quadro 03, notamos que a questão da moradia tem sido um fator muito significativo para eles. Ter onde morar foi um dos principais benefícios que os projetos de assentamentos rurais trouxeram para a população rural de Upanema. Além da questão da moradia, percebemos o desejo dos interrogados de habitar na zona rural, e de lá, tirar seu próprio sustento, através de plantações e criações de animais.

Apesar da reforma agrária, não seja aquela reforma agrária que a gente deseja, mas, tem uma importância. Veja bem, veja o volume de recursos que é investido na zona rural. E esses recursos, que é investido na zona rural, o município, tem o crescimento, tem o ISMS e tem as compras que as pessoas faz na comunidade, se não fosse, como eu já disse, se não fosse os assentamentos, se não fosse as áreas de reforma agrária, se não fosse as áreas de crédito fundiário, como é que estaria a cidade? O inchaço que estava na cidade, esse povo todinho da zona rural que trabalha que produz, ou muito ou pouco, mas produz, ia produzir aonde? Nas terras de quem? Eu acredito que o assentamento é muito importante pra isso (**LIDERANÇA A**).

A citação acima relata a relevância dos projetos de assentamentos rurais para a população do campo. É possível identificar que com o surgimento dos assentamentos rurais, emergiram diversos programas que facilitaram a habitação do homem na zona rural do referido município. Recursos esses que antes não se tinham e que dificultava bastante a habitação no campo. Mas, com esse suporte desenvolvido pelo governo melhorou e estabilizou a vida do assentado em um determinado lugar. A seguir, o Quadro 04 relata a importância dos assentamentos rurais, para as lideranças de assentamentos rurais.

Quadro 04 – A Importância dos Assentamentos Rurais de Upanema/RN Para o Crescimento Populacional do Município. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

ENTREVISTADO	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
LIDERANÇA B	“É importante para se ter a moradia. ”
LIDERANÇA C	“É uma forma melhor de se ficar mais distribuída a população. Não ficou tão voltado para a zona urbana, as pessoas ficaram mais distribuída na zona rural,

	onde houve uma distribuição bem melhor. Em quanto que se não existisse, muitas pessoas estariam morando quase dentro do rio, nas casinhas caindo, quando a chuva vindo derrubava tudo. Então eu creio que essa parte aí da reforma agrária, foi uma coisa aí que melhorou bastante para nós quanto condição.”
LIDERANÇA D	“Eu acho que assim, quem precisa que não tem um pedaço de terra para plantar, quem não tem uma casa para morar, é muito importante. Eu achei muito importante, por que eu tinha um pedaço de terra para plantar, mas eu não tinha uma casa para eu morar. Então eu cheguei e achei uma casa, pra mim foi importante, e acho que muita gente acha importante isso.”
LIDERANÇA E	“Pra mim a importância, eu gosto muito do assentamento, por que eu gosto de criar, gosto de plantar, gosto muito de agricultura. Sou agricultora bem forte.”

É possível averiguar no Quadro 04, a relevância dos projetos de assentamentos rurais para os interrogados. Esses projetos já beneficiaram muitos habitantes das áreas rurais de Upanema. Ofertando uma moradia de qualidade no campo, o fácil acesso ao crédito e outras diversas acessibilidades que o agricultor assentado só possui graças à implantação dos projetos de assentamentos rurais no município de Upanema.

De uma maneira geral, constatamos a partir dos dados oficiais do INCRA e das informações levantadas junto à população, através de lideranças de assentamentos locais, que as formas espaciais geográficas assentamentos rurais, através dos sistemas de ações de caráter de políticas públicas implementadas na subespacialidade rural do município de Upanema, tem possibilitado a permanência de parte da população desse município no campo. Tal fato cria uma situação geográfica, cuja ordem espacial nos chama a atenção quanto ao fato de nesse município a maioria da população ainda está situada na zona rural do município. Tal realidade é um fator que não pode passar despercebido por parte da gestão pública municipal quando da elaboração e de implementações de ações voltadas à população do município, e nem tampouco das ações de planejamento territorial, uma vez que a população rural e, em especificamente, a residente nas formas geográficas assentamentos rurais, já que constitui-se em algo significativo no referido município.

Conclusão

Com a atuação da política de reforma agrária em Upanema, emergiu novas oportunidades para se habitar no campo, prática essa inexistente antes do surgimento dessa política pública, que materializou as formas geográficas assentamentos rurais e ações voltadas para o subsídio da existência da população aí residente. A reforma agrária promoveu diversos benefícios e incentivos, para quem não tinha terra e desejava trabalhar com ela. Ao emergir esses assentamentos rurais no município, o homem do campo, obteve o fácil acesso à terra passando a produzir e comercializar os

seus próprios produtos. Também motivou na criação de animais sem se preocupar em sair em busca de empregos, na maioria, na área urbana de outros municípios, a exemplo de Mossoró. Outro aspecto significativo que podemos identificar é que os projetos de assentamentos rurais trouxeram para a população do campo a residência. Muitos dos assentados que, atualmente, residem nessas formas geográficas (assentamentos rurais) relataram que só se tornou possível conseguiu a casa própria, após a implantação desses instrumentos da reforma agrária em Upanema. Dessa forma, constatamos que os projetos de assentamentos rurais são um dos fatores de grande relevância para o crescimento a populacional rural do município de Upanema.

Referências

BERGAMASCO, Sônia Maria. **O que são assentamento rurais** / Sônia Maria Bergamasco, Luiz Antonio Cabello Norder. – São Paulo: Brasiliense, 1996. – (Coleção primeiro passos; 301) ISBN 85-11-00007-7.

BRASIL. Lei nº 4.504, DE 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

COSTA, Maria José. **Uma Leitura Geográfica da Reforma Agrária Potiguar**. 2005. 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós- Graduação e Pesquisa e Geografia Universidade Federal do Grande do Norte, Rio Grande do Norte. 2005.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Upanema, estado do Rio Grande do Norte / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Saulo de Tarso Monteiro Pires, Dunaldson Eliezer Guedes Alcoforado da Rocha, Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 10 p. + anexos “ Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Rio Grande do Norte.”.

IBGE, “**População por situação de domicílio (população presente e residente)**”. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91> Acesso em 10/12/2015.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo** / São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p. Inclui bibliografia 1 Geografia Agrária 2. Questão Agrária 3. Renda da Terra 4. Reforma Agrária.

ROSELI SALETE CALDART (Orgs.) et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SODERO, Fernando Pereira. **Conceito de Estatuto, o Estatuto da Terra**. Justitia, São Paulo, 44(116); 914; Jan/Mar, 1982.